

O PRECONCEITO EM BOBBIO: UMA REFLEXÃO SOBRE OS DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

THE PREJUDICE IN BOBBIO: A REFLECTION ON THE CHALLENGES AND STRATEGIES FOR AN INCLUSIVE EDUCATION

EL PREJUICIO EN BOBBIO: UNA REFLEXIÓN SOBRE LOS DESAFÍOS Y ESTRATEGIAS PARA UNA EDUCACIÓN INCLUSIVA

Renato Duro Dias¹
Thalyta Karina Correia Chediak²
Edirlei Leandro Boldt³

Resumo

O presente artigo objetiva promover uma reflexão sobre o preconceito no âmbito escolar, diante dos desafios e estratégias para a promoção de uma educação inclusiva. Para tanto, a presente pesquisa está dividida em duas partes que correspondem a dois objetivos específicos: a) desenvolver a noção de preconceito com base na filosofia de Norberto Bobbio (2011); b) identificar os principais desafios enfrentados no âmbito escolar para a promoção de uma educação inclusiva capaz de superar o preconceito no âmbito escolar, diante dos estudos de Freire (2002; 1968) e Stanley (2018). A metodologia utilizada na pesquisa caracteriza-se como revisão literária, possui abordagem qualitativa e natureza exploratória.

Palavras-chave: preconceito; educação inclusiva; Bobbio.

Abstract

This article aims to promote a reflection on prejudice in the school environment, considering challenges and strategies for promoting inclusive education. Therefore, this research is divided into two parts that correspond to two specific objectives: a) to develop the notion of prejudice based on the philosophy of Norberto Bobbio (2011); b) identify the main challenges faced in the school environment in promoting an inclusive education capable of overcoming prejudice in the school environment, in light of the studies by Freire (2002; 1968) and Stanley (2018). The methodology used in the research is characterized as a literary review, has a qualitative approach and is exploratory in nature.

Keywords: prejudice; inclusive education; Bobbio.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo promover una reflexión sobre los prejuicios en el ámbito escolar frente a los desafíos y estrategias para promover la educación inclusiva. Para eso, esta investigación se divide en dos partes que corresponden a dos objetivos específicos: a) desarrollar la noción de prejuicio a partir de la filosofía de Norberto Bobbio (2011); b) identificar los principales desafíos enfrentados en el entorno escolar para la promoción de una educación inclusiva capaz de superar los prejuicios que allí se encuentran, a la luz de los estudios de Freire (1968, 2002) y Stanley (2018). La metodología utilizada en la investigación se caracteriza por ser una revisión literaria y tiene un enfoque cualitativo y de carácter exploratorio.

Palabras-clave: prejuicio; educación inclusiva; Bobbio.

¹Doutor em Educação, mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural e graduado em Direito. Atualmente é professor efetivo em Direito e Vice-Reitor na Universidade Federal de Rio Grande. E-mail: renatodurodias@gmail.com.

² Mestre em Educação pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Mestranda em Direito e Justiça Social pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Especialista em Direito Civil e Processo Civil pela Faculdade de Rondônia (FARO). E-mail: chediakthalyta@gmail.com.

³ Mestrando em Direito e Justiça Social pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas – Bolsista Capes. Especialista em Direitos Humanos pela Universidade Luterana do Brasil. E-mail: leandro.universitario08@gmail.com.

1 Introdução

O desenvolvimento da sociedade tem sido marcado pela existência de dois grupos de sujeitos que, apesar de se posicionarem em lados opostos, se articulam na história de maneira nociva. Para Marx (2020), a configuração do Estado capitalista se encontra fundada, de um lado, naqueles que são donos do meio de produção e, do outro, na classe trabalhadora que é obrigada a vender a força de trabalho. Nesse cenário, é possível observar uma relação de forças que se posicionam de modo desproporcional e destaca-se o preconceito entre as diversas ferramentas de manutenção da estrutura social da sociedade capitalista.

Bobbio (2011) conceitua o preconceito como um conjunto de opiniões acolhidas de forma acrítica e passiva pela tradição, costume ou autoridade. Acrítica e passiva porque é aceita sem verificação diante de suposto respeito ou temor, sem qualquer refutação racional. O autor entende que o preconceito está na esfera irracional, de maneira que é necessário o desenvolvimento crítico dos sujeitos diante da reprodução de atitudes e discursos preconceituosos que permeiam a sociedade. Têm-se, assim, a importância da reflexão sobre esse tema no âmbito educacional, vez que a educação constitui fator fundamental para o desenvolvimento integral e crítico da sociedade como um todo.

Este artigo objetiva promover uma reflexão sobre o preconceito no âmbito escolar diante dos desafios e estratégias para a promoção de uma educação inclusiva. Para tanto, a presente pesquisa está dividida em duas partes que correspondem a dois objetivos específicos: a) desenvolver a noção de preconceito com base na filosofia de Norberto Bobbio (2011); b) identificar os principais desafios enfrentados no âmbito escolar para a promoção de uma educação inclusiva capaz de superar o preconceito no âmbito escolar, diante dos estudos de Freire (2002; 1968) e Stanley (2018). A metodologia utilizada na pesquisa caracteriza-se como revisão literária, possui abordagem qualitativa e natureza exploratória.

2 Preconceito na filosofia de Norberto Bobbio

O preconceito é uma forma de expressar uma determinada opinião de forma acrítica, irracional e sem base científica. Ele gera revolta, violência e, nos piores cenários, até mesmo a morte da(s) vítima(s). É um modo de expressar o egoísmo, bem como de antecipar uma ideia sobre alguém, ou algum grupo de pessoas, sem ao menos tentar compreender aquele(s) indivíduo(s), podendo ser coletivo ou individual.

Atualmente, o preconceito contra grupos minoritários tem aumentado. Pessoas do grupo LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgênero, *queer*, intersexual, assexual etc.), vem

sofrendo lesões corporais e danos psicológicos, uma vez que são humilhadas(os) pelos seus agressores de modo verbal ou físico. Não é somente esse grupo que é vítima do preconceito social, pois os idosos, os negros, os indígenas, as pessoas com deficiência, as mulheres, entre outros, também são vítimas. Contudo, a questão é: o que é, bem como, o que leva o preconceito a ser considerado perigoso nas sociedades? Essa resposta será dada pelo filósofo e jurista Norberto Bobbio.

Entende-se por “preconceito” uma opinião ou um conjunto de opiniões, às vezes até mesmo uma doutrina completa, que é acolhida acrítica e passivamente pela tradição, pelo costume ou uma autoridade de quem aceitamos as ordens sem discussão: “acriticamente” e “passivamente”, na medida em que aceitamos sem verificá-la, por inércia, respeito ou temor, e aceitamos com tanta força que resiste a qualquer refutação racional, vale dizer, a qualquer refutação feita com base em argumentos racionais. Por isso se diz corretamente que o preconceito pertence à esfera do não racional, ao conjunto das crenças que não nascem do raciocínio e escapam de qualquer refutação fundada num raciocínio (Bobbio, 2011, p. 103).

Bobbio advoga para a ideia de que o preconceito é irracional, ou seja, é uma crença que está fora do domínio das faculdades racionais humanas. São juízos de valor que podem, até mesmo, formar uma doutrina, mas estão aquém do senso crítico. Ele pode estar associado a uma tradição, a um costume ou a uma autoridade que ordena sem dialogar sobre determinado assunto, ou seja, aceitar determinada ideia de forma passiva e acrítica.

Bobbio difere “opinião errônea” de preconceito, pois, é possível emitir uma opinião equivocadamente, ou seja, por ignorância, mas sem fazer um juízo de valor sobre determinada questão. O filósofo explica que “o pertencimento à esfera das ideias que não aceitam se submeter ao controle da razão serve para distinguir o preconceito de qualquer outra forma de opinião errônea” (Bobbio, 2011, p. 104).

O preconceito é uma opinião errada, com base no senso comum, sobre alguma coisa ou algum grupo de pessoas, ou seja, faz com que o agente preconceituoso agregue um juízo de valor pejorativo ou de superioridade fazendo referência a um grupo de pessoas ou pessoa, no singular. Em outros termos, “o preconceito é uma opinião errônea tomada fortemente por verdadeira, mas nem toda opinião errônea pode ser considerada um preconceito” (Bobbio, 2011, p. 104). O filósofo exemplificará, tal afirmativa, alegando que quando alguém está aprendendo uma nova língua é normal cometer erros, mas isso não significa que está sendo preconceituoso(a).

Qual a diferença entre um erro deste gênero e o erro do preconceito? A diferença consiste precisamente no fato de que o erro que cometemos ao escrever numa língua que conhecemos mal pode ser corrigido mediante um melhor conhecimento, isto é,

mediante argumentos que apelam à nossa faculdade de raciocinar e de aprender com a experiência (Bobbio, 2011, p. 104).

O preconceito está ligado à submissão a uma determinada opinião, crença ou ideologia, seja por temor ou respeito, agindo, assim, de modo acrítico e passivo (no sentido de não aprofundar as reflexões críticas acerca de determinados temas, relativos a fatos sociais, por exemplo). O raciocinar é uma faculdade inata aos seres humanos, significa dizer que qualquer pessoa pode pensar de forma ativa, crítica e reflexiva sobre suas próprias condutas ou sobre seu próprio modo de pensar e, por conseguinte, exprimir uma opinião de forma crítica e sensata.

Mezan (1998) argumenta que os preconceitos são um conjunto de crenças, atitudes e comportamentos que atribui a qualquer membro de um grupo humano uma característica negativa, apenas pelo fato de pertencer a esse grupo: a característica em questão é considerada essencial e definidora da natureza do grupo, sendo, portanto, inerente a todos os membros do grupo. O preconceito é perigoso, uma vez que é difícil de ser corrigido, quase que impossível, pois o preconceituoso(a) é apegado(a) as próprias ideias equivocadas. Em outros termos, “precisamente por não ser corrigível ou por ser menos facilmente corrigível, o preconceito é um erro mais tenaz e socialmente mais perigoso” (Bobbio, 2011, p. 104).

O filósofo aponta para questão social pelo fato de ter vivido durante o fascismo e o nazismo e ter visto um dos maiores preconceitos tomar grandes proporções — o racismo que levou a vida de milhões de seres humanos, ciganos(as), judeus(ias), homossexuais, entre outros, durante a Segunda Guerra Mundial. Savi aponta que, “partindo das considerações de Norberto Bobbio, pode-se observar que o preconceito é extremamente perigoso ao meio social, pois se trata de uma opinião equivocada, errada” (Savi, 2019).

O preconceito coletivo é aquele preconceito entre grupos, ou seja, um atribui ao outras qualidades pejorativas, gerando a rivalidade. Este julgamento negativo recíproco entre os grupos acende a discriminação. A discriminação entre os grupos, por sua vez, incita o sentimento de superioridade, ainda mais perigoso, do qual decorre a ideia de que o mais perigoso e, portanto, superior, deve comandar, intimidar ou até mesmo eliminar o grupo inferior (Savi, 2019).

Savi (2019), fundamentando-se na teoria de Bobbio, argumenta que o preconceito coletivo é aquele que se manifesta entre grupos. Em outras palavras, quando um atribui ao outro qualidades pejorativas, gerando discriminação e rivalidade. Observa-se que o preconceito pode chegar a liquidar com à vida, em outros termos, é um mal social que deve ser combatido por meio do esclarecimento e da educação.

Não é difícil identificar se alguém está disseminando um discurso de ódio com base em um preconceito sobre determinado grupo minoritário, uma vez que basta pensar de forma ativa

e crítica acerca do que está sendo dito. As faculdades de raciocinar são inatas aos seres humanos, assim sendo, eles perceberão que as próprias opiniões ou posturas podem não ter lógica e coerência. Bobbio argumenta que “[...] a força do preconceito depende geralmente do fato de que a crença na veracidade de uma opinião falsa corresponde aos meus desejos, mobiliza minhas paixões, serve aos meus interesses” (Bobbio, 2011, p. 104). Sendo assim, nota-se que o preconceito existe e persiste por favorecer e fortalecer as ideias do próprio sujeito preconceituoso, ou seja, auxilia no alcance de seus próprios interesses.

O preconceito, por mais que seja vantajoso para algumas pessoas por atender a interesses particulares, permite o conformismo e a passividade, ou seja, permite que os indivíduos fiquem nas suas zonas de conforto, por mais desumano que seja determinada atitude preconceituosa. Savi argumenta que o preconceito “[...] sempre existiu na convivência dos homens em sociedade. Mesmo antes da própria existência do Estado, com os indivíduos vivendo em pequenos grupos nômades, ocorriam os conflitos tribais, dando azo ao preconceito” (Savi, 2019).

O preconceito enraíza-se mais facilmente naqueles que já estão favoravelmente predispostos a aceitá-lo. Também por isso, o preconceito como opinião errônea aceita fortemente como verdadeira distingue-se das outras formas de erro porque nestas geralmente não há prevenção: e justamente porque não há prevenção, elas são mais facilmente corrigíveis (Bobbio, 2011, p. 105).

Quem tem noção histórica perceberá que o preconceito faz parte da história humana, ora de forma mais violenta, como na Segunda Guerra Mundial com o racismo dos nazistas em relação aos judeus, ora de modo mais leve. Todavia, conforme alguns preconceitos foram sendo superados com o tempo, muitos outros surgiram quase que repentinamente desde então (Bobbio, 2011). Bobbio declara não haver uma alternativa fácil que possa acabar com o preconceito, mas aponta a educação como uma possível solução de conscientização acerca do senso comum e, por conseguinte, capaz de afastar o máximo de preconceito sobre o desconhecido.

Apenas posso dizer que os preconceitos nascem na cabeça dos homens. Por isso, é preciso combatê-los na cabeça dos homens, isto é, com o desenvolvimento das consciências e, portanto, com a educação, mediante a luta incessante contra toda forma de sectarismo. Existem homens que se matam por uma partida de futebol. Onde nasceu esta paixão senão na cabeça deles? Não é uma panaceia, mas creio que a democracia pode servir também para isso: a democracia, vale dizer, uma sociedade em que as opiniões são livres e, portanto, são forçadas a se chocar e, ao se chocarem, acabam por se depurar. Para se libertarem dos preconceitos, os homens precisam antes de tudo viver numa sociedade livre (Bobbio, 2011, p. 117-118).

O filósofo defende a conscientização dos seres humanos por meio da educação, pois somente desenvolvendo a consciência dos indivíduos e lutando incessante contra qualquer tipo de preconceito é possível minimizá-los, uma vez que a educação é apta a formar cidadãos críticos, ativos e reflexivos sobre suas próprias ações. Ressalta-se que, para Bobbio (2011), o raciocinar é uma faculdade humana, tornando-se necessário, assim, estimulá-la o mais cedo possível por meio da educação.

O preconceito está ligado a fatores psicológicos, também, não ficando somente na seara filosófica. Como esclarecem Pereira, Torres e Almeida:

[...] o preconceito é definido como uma forma de relação intergrupual organizada em torno das relações de poder entre grupos, produzindo representações ideológicas que justificam a expressão de atitudes negativas e depreciativas, bem como a expressão de comportamentos hostis e discriminatórios em relação aos membros de grupos minoritários [...]. Assim, a compreensão dos preconceitos sociais passa pela análise de como as representações ideológicas se expressam nas teorias de senso comum sobre a natureza dos grupos sociais. Especificamente, considerando as representações sociais como transformações de conhecimentos ideológicos científicos e filosóficos em saber de senso comum [...], interessa saber como atualmente esse senso comum representa as relações raciais (Pereira, Torres e Almeida, 2003, p. 97-98).

Ou seja, o preconceito é uma atitude hostil em relação a um grupo minoritário de pessoas, baseada em estereótipos e generalizações, que geralmente leva a comportamentos discriminatórios. É entendido, também, como uma forma de discriminação sem levar em conta as características individuais de cada pessoa.

Com tudo que foi exposto até aqui, observa-se que o preconceito, tanto na filosofia de Bobbio, quanto na psicologia, é um problema complexo e que pode se tornar um caos social, como ocorreu na Segunda Guerra Mundial. Para combater essas ideias acríicas é necessário priorizar a educação, uma vez que ela auxilia na formação de indivíduos críticos, ativos, conscientes e racionais, no sentido de controlar seus instintos animais, impulsos e desejos, bem como afastar o senso comum, os dogmas e os estereótipos sociais, tidos como verdades.

3 Os principais desafios e estratégias capazes de superar o preconceito para a promoção de uma educação inclusiva

Para Nunes, Saia e Tavares (2015), o preconceito nas escolas surge enquanto resultado de ideias pré-concebidas, ou pré-conceitos, que fazem parte da relação do homem com o mundo. O preconceito parte do desconhecimento e da hostilidade, se constrói previamente sobre algo, ou alguém, vinculado a uma ideia de hierarquia — alguém se coloca como superior ou inferior

ao outro (Coelho; Silva, 2015). O preconceito reverbera no ambiente escolar como reflexo da sociedade e de sua construção histórica, cultural, política, religiosa e econômica.

Segundo Coelho e Silva (2015), apesar de, atualmente, ser possível perceber que a escola procura seguir as próprias regras, é inquestionável que ela ainda reproduz, em certa medida, as relações de poder estabelecidas no seio social, em especial ações discriminatórias contra grupos minoritários. O preconceito no ambiente escolar envolve questões de discriminação pela cor, intelecto, gênero, sexualidade, entre outros estereótipos construídos na história. Sobre isso, Coelho e Silva apontam em pesquisa que “a cor da pele permanece entre os marcadores sociais relevantes na reprodução dos mecanismos preconceituosos e discriminatórios [...]” (Coelho; Silva, p. 697, 2015).

Diante disso, é possível verificar que a rejeição da diversidade e do empoderamento dos grupos minoritários na sociedade, seja pela supressão de direitos e garantias, ou pelos movimentos políticos que promovem a invisibilização desses grupos, reverbera também nos espaços escolares, isso evidencia a importância dos debates críticos para o enfrentamento e desconstrução desses preconceitos.

O preconceito que permeia a construção da sociedade moderna, para Stanley (2018), possui viés político-ideológico, com o intuito de criar uma política de segregação do “nós x eles”. De um lado, aqueles considerados “cidadãos de bem”, que vivem em favor da família, da pátria, do tradicionalismo e dos bons costumes, de outro, aqueles corrompidos, que vivem “no pecado”, a favor da esquerda e que apoiam pautas de minorias com base em movimentos como feminismo, antirracismo e LGBTQI+⁴. A polarização da sociedade contribui para que exista uma hierarquia entre forças antagônicas, pautadas em interesses de realidades sociais diferentes entre si.

A política de “nós x eles” permeia todos os espaços sociais e contribui de forma direta ao movimento de repressão das minorias que representam “eles”. A necessidade de repressão exerce o papel de justificativa para a adoção de políticas de restrição de direitos dessas minorias, a exemplo da propagação do preconceito contra diferenças culturais, étnicas, religiosas, ou identitárias, com base em uma realidade inventada pela própria extrema direita. Stanley (2018), explica que esse movimento político é fascista e possui técnicas específicas para destruir espaços de informação e inclusão, de forma a romper com a própria realidade, assim, a precarização da educação constitui objetivo principal para a manutenção desse cenário intolerante e preconceituoso.

⁴ Diante das divergências existentes teoricamente quanto a melhor sigla para fazer referência a esse movimento, faz-se referência a partir da sigla LGBTQI+ em razão do conceito desenvolvido por Dias e Brum (2022).

A educação, portanto, representa uma grave ameaça ao fascismo ou se torna um pilar de apoio para a nação mítica. Não é de se espantar, então, que os protestos e confrontos culturais nos campi universitários representem um verdadeiro campo de batalha político e recebam atenção nacional. Há muita coisa em jogo (Stanley, 2018, p. 36).

A educação é o principal meio de formar cidadãos críticos e capazes de corroborar para a inclusão social das minorias, contudo, para Stanley (2018) essa possibilidade coloca em risco a manutenção do poder econômico e ideológico do governo de extrema direita, por esse motivo, a educação não é prioridade no Estado Democrático de Direito moderno. Um dos grandes expoentes nos estudos no âmbito da educação inclusiva é Paulo Freire. Na obra *Pedagogia do Oprimido* (Freire, 1968), o autor aborda o preconceito, em diferentes formas, e como ele permeia a organização da sociedade: segundo ele, os oprimidos, muitas vezes, internalizam os preconceitos dos opressores, que acabam sendo reproduzidos na prática das relações sociais.

Cabe a eles um papel fundamental, como sempre tem cabido na história desta luta. Acontece, porém, que, ao passarem de exploradores ou de espectadores indiferentes ou de herdeiros da exploração – o que é uma convivência com ela – ao pólo dos explorados, quase sempre levam consigo, condicionados pela “cultura do silêncio”, toda a marca de sua origem. Seus preconceitos. Suas deformações, entre estas, a desconfiança do povo. Desconfiança de que o povo seja capaz de pensar certo. De querer. De saber. Deste modo, estão sempre correndo o risco de cair num outro tipo de generosidade tão funesto quanto o que criticamos nos dominadores (Freire, 1968, p. 30).

Para ele, os oprimidos, ao se tornarem exploradores, espectadores indiferentes ou herdeiros da exploração, quase sempre levam consigo todas as marcas de suas origens que, condicionadas pela “cultura do silêncio”, incluem preconceitos e deformações. Freire (1968) entende que a construção de uma sociedade mais justa e igualitária requer a conscientização dos oprimidos para a superação dos preconceitos.

É possível observar que o preconceito subsiste na história de maneira cíclica, capaz de adquirir com o tempo novas características e novas ferramentas de opressão. Dessa forma, a normalização de condutas de opressão que são motivadas com base no preconceito constitui um dos principais desafios para a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva no âmbito escolar. Verifica-se que a opressão no ambiente escolar pode assumir diversas formas, entre as quais destaca-se a falta de sensibilização e conscientização sobre temas que envolvem diferenças culturais, de aprendizado e identitárias.

Além disso, a ausência de recursos suficientes e adicionais para alunos com habilidades específicas também contribui para a perpetuação do preconceito, uma vez que a falta de materiais educativos adaptados, tecnologias assistivas e de capacitação, não só de professores, mas de toda a comunidade escolar, contribui para a invisibilização desses sujeitos que precisam

de suporte especializado. As barreiras arquitetônicas e físicas reforçam o preconceito. As escolas em sua grande maioria não são projetadas para receber alunos com mobilidade reduzida e isso pode limitar ainda mais o acesso ao ambiente escolar. Somadas às questões de infraestrutura, tem-se a questão do estigma social, que favorece o isolamento de sujeitos e prejudica o direito à participação na comunidade.

Ferramentas de avaliação continuada também devem ser levadas em consideração em se tratando de práticas inclusivas na educação. É necessário desenvolver abordagens personalizadas que permitam a representação desses sujeitos, uma vez que a dificuldade de comunicação e a resistência na adoção de práticas inclusivas são pontos que devem ser observados. É importante destacar a necessidade de formação adequada do corpo docente, por meio de cursos de formação inicial ou continuada, de forma a incluir abordagens pedagógicas com base em estratégias que atendam às necessidades individuais dos alunos. O objetivo é atingir, de forma isonômica, todos os estudantes.

Para Freire (2002), é importante lutar contra o preconceito e a discriminação, especialmente em relação às questões étnicas, níveis de educação, gênero e classe. O cultivo de instrumentos para enfrentamento do preconceito possui vínculo direto com a noção de ética na prática educativa.

A ética de que falo é a que se sabe traída e negada nos comportamentos grosseiramente imorais como na perversão hipócrita da pureza em puritanismo. A ética de que falo é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, de gênero, de classe. É por esta ética inseparável da prática educativa, não importa se trabalhamos com crianças, jovens ou com adultos, que devemos lutar. E a melhor maneira de por ela lutar é vivê-la em nossa prática, é testemunhá-la, vivaz, aos educandos em nossas relações com eles (Freire, 2002, p. 10).

A ética no âmbito educacional constitui fator necessário e inseparável da prática educativa inclusiva em busca da autonomia do sujeito. Ela é capaz de promover debates e reflexões críticas acerca da imposição de visão de mundo por parte dos que oprimem. Freire (2002) explica que a prática educativa possui grande importância, pois ela é capaz de promover a autonomia dos alunos de forma que não sobra espaço para discriminação por qualquer motivo que seja. Para tanto, é necessário que a educação leve em conta experiências e saberes prévios dos alunos de forma que os estimule a participar ativamente do processo de aprendizagem.

No mesmo sentido, Coelho e Silva (2015) afirmam que o esforço coletivo, diante da adaptação e reconhecimento das diferenças e pluralidades, é capaz de flexibilizar o olhar para o mundo de forma a superar a lógica do preconceito enraizada no funcionamento da própria sociedade. Diante disso, é possível concluir que o convívio com as diferenças no ambiente

escolar pode ser visto como algo positivo e enriquecedor no processo educativo. Desde que seja valorizada e respeitada, a diversidade pode contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

A educação inclusiva exerce o papel tanto de ferramenta política, importante no processo de inserção de grupos minoritários e marginalizados, quanto de ferramenta educativa, uma vez que corrobora para o debate sobre o preconceito sob uma ótica mais prática, acolhedora e humanizada, favorecendo o convívio com a diferença no ambiente escolar em prol de uma sociedade mais isonômica.

4 Considerações finais

É possível verificar que o desenvolvimento da sociedade tem sido historicamente marcado pela articulação de grupos hierarquicamente distintos. Nessa configuração observa-se um movimento de invisibilização e consequente restrição de direitos dos grupos minoritários, sendo o preconceito uma das principais ferramentas em prol da manutenção da estrutura social de poder estabelecida na sociedade capitalista.

Bobbio (2011) explica que o preconceito figura enquanto opinião acrítica e irracional, difícil de ser corrigida e socialmente perigosa. Uma forma de combatê-lo se dá por meio da educação, a partir do desenvolvimento de consciências críticas em prol do respeito à diversidade em todas suas formas. Ocorre que o movimento político-ideológico de extrema direita possui grande interesse na perpetuação do preconceito, dificultando, por conseguinte, a promoção de uma educação inclusiva.

Os desafios no ambiente escolar incluem a falta de sensibilização e conscientização sobre as diferenças culturais e identitárias, a falta de recursos materiais para o atendimento de alunos com necessidades específicas, as barreiras físicas, o estigma social, a resistência à adoção de práticas inclusivas e a necessidade de formação inicial e continuada do corpo docente de maneira adequada. Em linhas gerais, a superação do preconceito para a promoção de uma educação inclusiva requer a adoção de práticas pedagógicas que promovam a autonomia dos alunos (Freire, 2002). Portanto, é fundamental investir em políticas de conscientização, na formação docente e no acesso às ferramentas adequadas para a prática pedagógica.

A sociedade é constituída pela diversidade étnica e cultural, que devem ser contempladas no ambiente escolar sob um olhar humanizado e crítico. Coelho e Silva (2015) explicam que a educação inclusiva reflete a luta pela humanização de todos uma vez que é capaz de reconhecer a diversidade e as diferenças sociais, culturais, intelectuais e de gênero.

O fomento da ética na prática pedagógica contribui para a promoção do respeito à diversidade, o combate à discriminação e a valorização cultural dos sujeitos sociais, pois somente com o esforço contínuo é possível construir uma sociedade mais justa e igualitária, em que o preconceito seja superado e a educação seja verdadeiramente inclusiva para todos.

Referências

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/297730/mod_resource/content/0/norberto-bobbio-a-era-dos-direitos.pdf. Acesso em: 25 out. 2023.

BOBBIO, N. **Elogios da serenidade**: e outros escritos morais. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 2. ed. São Paulo: editora UNESP, 2011.

COELHO, W. de N. B.; SILVA, C. A. F. da S. Preconceito, discriminação e sociabilidades na escola. **Educere et Educare**, v. 10, n. 20, p. 687 – 705, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/12606/9020>. Acesso em: 25 out. 2023.

DIAS, R. D.; BRUM, A. N. A construção social do conceito de reconhecimento do direito às sexualidades à luz da teoria de Nancy Fraser. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, v. 8, n. 1, p. 20-35, jan./jul., 2022. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/8661/pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1968.

MARX, K. **O capital**: crítica à economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

MEZAN, R. **Tempo de Mudar**: Ensaios de Psicanálise. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NUNES, S. da S.; SAIA, A. L.; TAVARES, R. E. Educação Inclusiva: Entre História, os Preconceitos, a Escola e a Família. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, n. 4, dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/gtPdZxy4yHrX9Lz9txCtQ7c/?lang=pt>. Acesso em: 25 out. 2023.

PEREIRA, C.; TORRES, A. R. R.; ALMEIDA, S. T. Um Estudo do Preconceito na Perspectiva das Representações Sociais: Análise da Influência de um Discurso Justificador da Discriminação no Preconceito Racial. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 16, n. 1, p. 95-107, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/B8xn3m8C4y3SfMqSTkw3RPc/?lang=pt>. Acesso em: 25 out. 2023.

SAVI, J. C. A origem do preconceito de gênero sob a perspectiva de Bobbio. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF, 17 set. 2019. Disponível em: <https://www.conteudojuridico.com.br/>

consulta/Artigos/53434/a-origem-do-preconceito-de-gnero-sob-a-perspectiva-de-bobbio.
Acesso em: 25 out. 2023.

SILVA, S. G. da. Preconceito no Brasil Contemporâneo: as pequenas diferenças na Constituição das Subjetividades. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 23, n. 2, p. 2-5, jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/FKwf9jHS6HxwsWkvhsWSqrC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 out. 2023.

STANLEY, J. **Como funciona o fascismo**: A política do “nós” e “eles”. Trad. Bruno Alexander. Porto Alegre: L&PM, 2018.